

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

**EMENDA MODIFICATIVA Nº ...**

Dispõe sobre a organização e exploração das atividades de comunicação social eletrônica, e dá outras providências.

Dê-se a seguinte redação ao artigo e 9º do Projeto de Lei nº 29, de 2007:

Art. 9º. A atuação em uma das atividades de comunicação social eletrônica por assinatura: produção, programação, empacotamento e distribuição, não implica restrição de atuação nas demais, exceto nos casos dispostos nesta Lei, em especial nos parágrafos deste artigo.

§ 1º. Independentemente do objeto social ou da razão social, a empresa que atuar em quaisquer das atividades de comunicação social eletrônica por assinatura: produção, programação, empacotamento e distribuição, será considerada, conforme o caso, produtora, programadora, empacotadora ou distribuidora.

§ 2º. As empresas de produção e programação de conteúdo audiovisual eletrônico brasileiras, bem como as concessionárias e permissionárias de radiodifusão, não poderão, direta ou indiretamente ou através de suas controladas, controladoras ou coligadas, deter maioria simples do capital votante de empresas concessionárias de serviços de telecomunicações, exceto nos casos dispostos nesta Lei.

§ 3º. As concessionárias de serviços de telecomunicações não poderão, direta ou indiretamente, ou através de suas controladas, controladoras ou coligadas, deter participação superior a 30% do capital total e votante das empresas de

radiodifusão, de produção ou de programação de conteúdo audiovisual brasileiro, nem sob qualquer forma exercer qualquer influência na administração, na gestão das atividades ou no conteúdo de programação dessas empresas.

§ 4º. As concessionárias de serviços de telecomunicações, bem como suas controladas, controladoras ou coligadas, não poderão, com a finalidade de produzir conteúdo audiovisual eletrônico brasileiro, inclusive para radiodifusão:

I – adquirir ou financiar a aquisição de direitos de exploração de imagens de eventos nacionais; e

II – contratar talentos artísticos nacionais de qualquer natureza, inclusive direitos sobre obras de autores nacionais.

§ 5º. As restrições contidas no § 4º deste artigo não se aplicam quando a aquisição de direitos ou contratação de talentos destinarem-se exclusivamente para produção de peças publicitárias.

§ 6º. As restrições contidas neste artigo e seus parágrafos não se aplicam a empresas cujos conteúdos produzidos ou programados sejam transmitidos ou distribuídos pela rede mundial de computadores (*Internet*).

§ 7º. O disposto no Art. 9º, § 2º não se aplica ao serviço de distribuição de sons e imagens a assinantes, por sinais codificados, mediante a utilização de canais de espectro radioelétrico (TVA).

## **JUSTIFICATIVA**

Importante salientar ainda que as empresas de telecomunicações são grandes geradoras de receita e são empresas multinacionais. Há a necessidade de se proteger o capital dos brasileiros, em especial radiodifusoras, evitando que as empresas de telecomunicações invadam a atividade de produção e programação de conteúdo audiovisual, majorando os custos e incapacitando o capital nacional da competição.

Sendo assim, foram criadas várias regras nesta emenda regulando as atividades de distribuição, atividades de produção e programação de conteúdo

audiovisual, bem como a possibilidade de aquisição de ações destas empresas.

Foram mantidas, também, nesta lei, a proibição constitucional de participação de capital estrangeiro na radiodifusão em percentual superior a 30%, bem como a obrigatoriedade de que orientação intelectual da programação seja restrita a brasileiros natos ou naturalizados.

O serviço de distribuição de sons e imagens a assinantes, por sinais codificados, mediante a utilização de canais de espectro radioelétrico (TVA) tornou-se, em razão de inovações tecnológicas, obsoleto em relação aos demais serviços de televisão por assinatura prestados através de outros meios. Desta maneira, a prestação do Serviço tornou-se excessivamente onerosa se comparável com a distribuição por meio das tecnologias cabo, MMDS e DTH, dada a impossibilidade de maximização da oferta de canais de programação aos assinantes em contraponto à permanência dos elevados custos de manutenção da estrutura tecnológica necessária.

Assim, ao longo de vários anos, os prestadores do Serviço de TVA arcaram com todos os custos da operação, efetuando investimentos, sem que pudessem, até o momento, se remunerar suficientemente para arcar com os custos da prestação do Serviço.

Ocorre que, concomitantemente à discussão deste Projeto de Lei, verifica-se, no Brasil, o processo de canalização digital do espectro radioelétrico em que estão situados os canais por meio dos quais é prestado o serviço TVA, abrindo-se, em razão da tecnologia digital, possibilidade de exploração de tais canais de modo que os prestadores do Serviço em questão possam se remunerar devidamente.

Por essa razão e tendo em vista todo o histórico deficitário da exploração do serviço TVA, não é legítimo que tais prestadores, que apresentam situação econômica desigual se comparados aos prestadores de serviços de televisão por assinatura através do cabo, MMDS ou DTH, sejam submetidos a restrições na cadeia de exploração do Serviço, impondo-lhes ônus excessivo e injustificável ao se proibir que otimizem custos na exploração do Serviço, dadas: (i) a situação econômica peculiar a que foram submetidos ao longo de anos e (ii) a presente possibilidade de reversão do quadro de obsolência que foi criado.

Sala da Comissão, em 09 de outubro de 2008.

**JOÃO CARLOS BACELAR**